

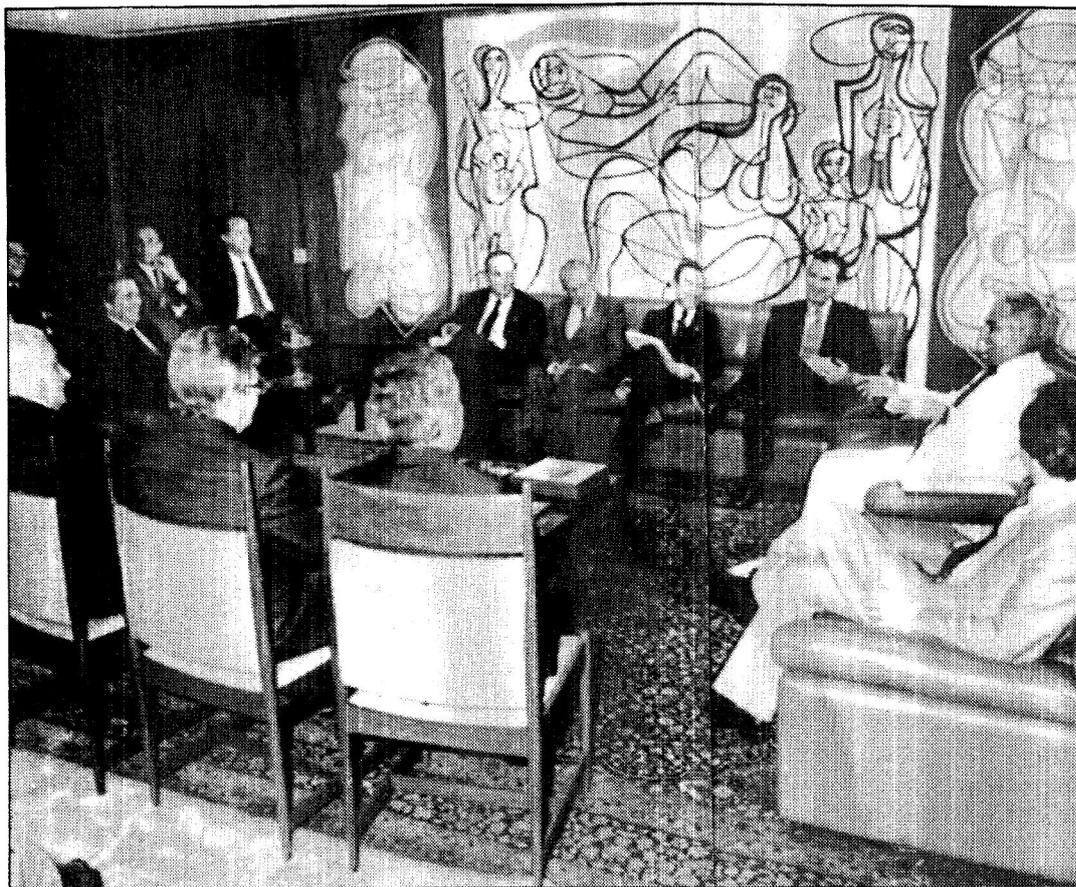
Para tentar a aprovação automática de suas propostas no Senado, o presidente consegue o apoio formal de 33 senadores a quem promete contrapartida. A oposição reage.

Collor arma seu bloco de apoio no Senado

O presidente Collor desafiou a oposição ontem colhendo assinaturas de 33 senadores de partidos governistas para a formação de seu bloco de apoio. Os parlamentares do PMDB, PSDB, PDT, PT e PSB receberam o anúncio como uma "declaração de guerra", enquanto o presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB), tentava breçar a iniciativa do presidente e seus aliados recusando-se a receber o documento com as assinaturas com o argumento de que "o regimento só admite bloco de partidos e não de senadores isoladamente". A perspectiva de uma recessão que pode se prolongar por um período de até dois anos foi a base do acordo entre o governo e os partidos, que formaram ontem o Movimento Parlamentar Social Liberal. O principal compromisso dos parlamentares que assinaram o documento formalizando o bloco é o de encampar eventuais medidas amargas que podem surgir no ano que vem durante a fase de ajuste do programa econômico de combate à inflação. Em contrapartida, o presidente deverá oferecer vantagens a seus novos aliados, a maioria do Norte e Nordeste. Ontem, por exemplo, ele prometeu aos parlamentares do PFL enviar nas próximas horas ao Congresso a medida provisória que recria os programas de incentivos fiscais para o Nordeste e a Amazônia (Finor e Finam).

Durante a reunião de quase três horas, na segunda-feira à

Collor, com os senadores ontem à noite: acordo deve garantir aprovação de projetos do governo.



Divulgação

noite, com 33 senadores do PTB, PDS, PTR, PST, PFL e PRN, Collor foi incisivo: "Quero explicitar a força do governo. E quero este bloco atuando já neste esforço concentrado (que vai até o final da semana, quando o Congresso entra em recessão)". O senador José Ignácio (PST/ES), que deverá liderar o bloco até o final de seu mandato no final de janeiro, foi encarre-

gado de fazer as costuras políticas. Participaram ainda da reunião o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, principal articulador do encontro, e o da Educação, Carlos Chiarelli.

A importância do Senado para o governo está no fato de ser a Casa onde se aprova a nomeação do presidente do Banco Central, do procurador-geral da República, embaixadores, mi-

istros de tribunais e onde se vota também os atos das negociações da dívida externa e empréstimos a Estados e municípios. Já sessão conjunta do Congresso, a direção fica na mão do presidente do Senado. E com a maioria dos senadores a seu favor, Collor pode garantir seus atos, aprovar medidas provisórias e aprovar o orçamento da nação.